



**Dossiê: Experiências instituintes de pesquisa e formação docente:  
diálogos latino-americanos**

---

**Narrativas do Acompanhamento dos Tempos Comunidade do Curso de Educação do Campo  
na Região do Xingu**

*Narrativas del acompañamiento de los Tiempos Comunidad del curso de Educación del Campo  
en la región del Xingu*

Fabíola Aparecida F. Damacena  
**Universidade Federal do Pará (UFPA)**  
Altamira-Brasil

**Resumo**

Neste texto, compartilho narrativas de experiências do trabalho de orientação de pesquisa e de acompanhamento dos seminários de restituição realizados no IV Tempo Comunidade, pelos estudantes da Educação do Campo da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira. As pesquisas e os seminários foram desenvolvidos nas comunidades ribeirinhas no município de Porto de Moz. A metodologia narrativa acolhe a escrita autoral e a partir de seus princípios, conto as vivências durante os seminários e faço uma reflexão sobre o papel desse Tempo Comunidade na formação inicial de professores em relação com a escola básica do campo. Os eventos revelaram o compromisso dos estudantes com suas comunidades e a valorização da presença da universidade em seus territórios. Os seminários possibilitam a construção coletiva do conhecimento e reafirmam Tempo Comunidade como tempo-espço formativo e político.

**Palavras-chave:** Tempo comunidade; Formação docente; Pesquisa narrativa.

**Abstract**

This text shares narratives of experiences in research supervision and the follow-up of restitution seminars conducted during the fourth *Tempo Comunidade* by students of the *Education for Rural Areas* program at the Federal University of Pará, Altamira Campus. The research and seminars were carried out in riverside communities in the municipality of Porto de Moz. The narrative methodology embraces authorial writing, and based on its principles, I recount the experiences during the seminars and reflect on the role of *Tempo Comunidade* in the initial training of teachers in connection with rural basic education. The events revealed the students' commitment to their communities and the value of the university's presence in their territories. The seminars enabled the collective construction of knowledge and reaffirm *Tempo Comunidade* as a formative and political time-space.

**Keywords:** *Tempo Comunidade*; Teacher education; Narrative inquiry.

## **Introdução**

Partimos de Altamira em direção a Vitória do Xingu pela rodovia Ernesto Acioly. O percurso, embora curto em distância, exige atenção. São cerca de 48 quilômetros de asfalto irregular, margeados por pequenas vilas onde o tempo parece desacelerar. Em cada vila, uma lombada sinaliza a presença de moradores ao longo da rodovia. Há buracos na estrada e a sinalização é insuficiente.

É possível acessar Porto de Moz por estrada de chão, contornando a hidrelétrica de Belo Monte. Trata-se de um percurso de terra firme inaugurada recentemente. Outra opção são os ônibus da empresa Cotait, que circulam diariamente, com exceção dos domingos. No entanto, por questões de tempo e praticidade, geralmente optamos por táxis de lotação organizados pelo Sindicato dos Taxistas de Vitória do Xingu (SINTAVIX). Os motoristas fazem o trajeto até as casas dos passageiros e depois os conduzem até o porto de onde saem as embarcações com destino a Porto de Moz e outros destinos.

Realizei essa mesma rota, em 2024, durante o acompanhamento dos Tempos Comunidade II, e repeti em maio de 2025, nos Seminários de Restituição. Ao todo, acompanhei dez estudantes: três em fase de TCC II e sete nos seminários. Com esses mesmos alunos/as, construímos, em coautoria, os artigos completos que foram submetidos para apresentação na 4ª Jornada Acadêmica da Faculdade de Etnodiversidade (JAEtno), entre os dias 30 de julho e 2 de agosto de 2025. Essas produções são, também, parte das fontes narrativas deste artigo.

Durante a viagem, em torno de 1h, observo a paisagem, o verde da floresta cede espaço a extensos pastos e plantações. É possível avistar o avanço do agronegócio: grandes áreas desmatadas, caminhões transportando madeira, e uma estrutura industrial em expansão dedicada ao cultivo de soja e milho. Esse cenário, uma das marcas do território da Transamazônica, nos lembra que a estrada também é uma linha de fronteira entre mundos em disputa, floresta e monocultura, comunidade e capital, vida e esvaziamento.

Chegando a Vitória do Xingu, a travessia muda de tempo e de ritmo. O embarque para Porto de Moz é feito por água. Há duas opções: estrada de chão ou embarcação. Eu sigo sempre pela lancha que parte às 17h, cruzando o rio Xingu até chegar à cidade por volta das 21h. São quatro horas de navegação, marcadas pela mudança na luz do céu, o vento no rosto e o som do motor que corta o silêncio das águas.

Após aproximadamente quatro horas de viagem, entre estrada, lancha e céu aberto, chegamos ao município de Porto de Moz. Ali, nosso primeiro destino é sempre a Casa dos Professores, um espaço mantido pela prefeitura municipal para recepcionar e hospedar docentes da Universidade Federal do Pará, da Universidade Federal Rural da Amazônia e outras instituições que ofertam cursos superiores no polo municipal. Essa casa é um ponto de apoio fundamental para nós, professores, que nos deslocamos por longas distâncias para acompanhar os estudantes em seus territórios.

Na casa, somos recebidos com o cuidado de pessoas como a Sheyvena Paula Vieira da Silva, funcionária da prefeitura que cuida da organização do espaço, garantindo que tudo esteja sempre pronto para nos acolher. E contamos com o acompanhamento de um coordenador local do PARFOR e do curso de Educação do Campo, Paulo Cardoso, que nos dá o suporte necessário para a realização das etapas, atuando com compromisso para que tudo ocorra da melhor forma possível. A presença das universidades no polo, é possível graças a esse tipo de parceria entre município e instituições públicas de ensino superior.

Essa parceria institucional se fortalece também pela cessão de salas de aula das escolas municipais, onde acontecem as etapas letivas intensivas e presenciais dos cursos durante os meses de julho, agosto, janeiro e fevereiro. Durante esses períodos, as turmas da Educação do Campo e de outros cursos de outras universidades, como as turmas do Parfor, são recepcionadas nessas escolas, que contam com salas climatizadas, acesso à internet e estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Essa articulação entre universidade e poder público local expressa uma política de formação engajada no território, que reconhece a importância de garantir condições reais para que a universidade chegue e permaneça no campo, nas florestas e nas margens dos rios amazônicos, como nosso querido Xingu.

Combinamos com os alunos o ponto de encontro em algum porto da cidade. Eles vêm ao nosso encontro com suas embarcações próprias, e partimos juntos para as comunidades. Cada uma das viagens tem seu tempo, sua paisagem, sua espera. A primeira comunidade visitada foi Nossa Senhora Aparecida, no rio Açaí, são cerca de três horas de barco ou duas horas por estrada. Em seguida, seguimos para a comunidade São João Batista, no rio Maruá, mais afastada: são aproximadamente quatro horas de viagem a partir de Porto de Moz. Por

fim, visitamos a Vila Maripi, situada às margens do rio Xingu, a cerca de uma hora e meia da sede municipal.

A escolha pela metodologia narrativa se justifica pelo compromisso em compreender a experiência como forma de produção de conhecimento, especialmente no contexto da formação de professores do campo. Segundo Connelly e Clandinin (1995), a narrativa é, ao mesmo tempo, fenômeno e método: ela permite investigar a vida como experiência vivida, interpretada e compartilhada por meio de histórias.

Mantenho a escuta atenta, a observação participante e a construção coletiva dos sentidos, assim, trato as experiências acompanhadas nos seminários de restituição como narrativas vividas, que revelam saberes constituídos na relação entre universidade, escola, comunidade e os sujeitos.

### **Trapiche 1: Comunidade Nossa Senhora Aparecida, rio Acaí**

No dia 22 de maio de 2025, iniciei mais uma viagem para acompanhar o Tempo Comunidade. Era uma tarde de céu limpo em Altamira quando, por volta do meio-dia, almocei em um restaurante à beira do rio Xingu. Enquanto saboreava um peixe frito, um passarinho de peito amarelo pousou perto de mim. Ficou ali me observando, como se me anunciasse o que estava por vir. À minha frente, o rio, calmo, se deixava atravessar pelo vento, pelas canoas, barcos e lembranças.

O verde da margem resiste, contrastando com os tons amarronzados do verão. Pensei nas tantas formas de vida que insistem em permanecer. Pensei nos estudantes que encontraria, na boniteza e compromisso da missão que me move.

Pouco depois, às 15h, o táxi de lotação me apanhou em casa. O trajeto até Vitória do Xingu. Chegando ao porto, embarquei na lancha rumo a Porto de Moz. Fiz fotos, contemplei o céu, escutei o rio. A beleza da paisagem destoava com a dor silenciosa do desmatamento e das ilegalidades que ocorrem floresta adentro. Procuro não me deter na dor, pois também sei da resistência.

Cheguei a Porto de Moz por volta das 21h, e fui direto à praça tomar um tacacá. No dia seguinte, antes do almoço, fui ao porto encontrar as alunas. Chovia quando cheguei. Uma chuva fina, com vento, que logo deu lugar a um céu azul e limpo. Embarcamos para a comunidade Nossa Senhora Aparecida, no rio Açaí. Viajamos eu, Lucinara, Marcileni, Odilene com sua filha Ayla, o barqueiro e Dodoca, esposo da Marcileni. Beatriz foi por terra, de moto.

Figura 1: Viagem à Comunidade Nossa Senhora Aparecida, rio Acaí.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025

Durante a viagem, abrimos e fechamos as sombrinhas diversas vezes, contemplando as chuvas curtas. Ainda bem que a chuva não caiu de uma vez. Caía aos poucos como força de proteção a nós, naquele barco de madeira, que carregava também, nossas bagagens. Foi a primeira vez que viajei de barco pequeno a céu aberto e que chovia ao mesmo tempo.

Chegamos à comunidade no final da tarde. Fui hospedada na casa das duas irmãs, Lucivane e Marcileni, filhas da dona Maria Leonor. A casa da dona Maria é mais que um lar: é uma referência. Cercada por um pomar de laranjeiras, hortaliças e plantas medicinais, ela abriga um sítio verde, às margens do rio.

A comunidade inteira passa por lá, seja de manhã para um café ou ao entardecer, especialmente aos fins de semana, após as missas dominicais. Os meninos, pequenos e destemidos, me davam verdadeiras aulas de natação, nadando com maestria no rio que para eles é casa, lazer e sustento.

A comunidade Nossa Senhora Aparecida é de terra firme. O rio Acaí, afluente do Xingu, é generoso em tucunarés e outras espécies. A força coletiva desse povo se revela na forma como se organizam: em mutirões, em reivindicações por saúde, educação de qualidade entre outras pautas.

O grupo das discentes se organizaram com dedicação. Marcileni, Odilene, Beatriz, Lucivane e Lucinara compuseram um grupo comprometido com cada detalhe do seminário: desde a preparação do espaço até a acolhida dos convidados. Vi de perto o cuidado com a

## *Narrativas do Acompanhamento dos Tempos Comunidade do Curso de Educação do Campo na Região do Xingu*

ornamentação, feita com frutos, palhas, utensílios da vida ribeirinha. Era como se cada objeto ali exposto narrasse a própria história da comunidade. Pupunha, macaxeira, matapi, açaí, palhas de bananeira, vatapá, tudo oferecia sentido ao que se dizia sobre currículo, escola e pertencimento.

Figura 2: Seminário no rio Acai



Fonte: Arquivo pessoal, 2025

A comunidade respondeu ao convite e cerca de 35 pessoas estavam presentes, mães, pais, estudantes, professores, lideranças locais. As alunas projetaram quadros comparativos entre as leis (LDB, BNCC, documentos do INEP) e os dados levantados por elas. O debate começou ali. Mas ganhou força nos grupos de trabalho, onde foram analisados os indicadores de qualidade com a metodologia das cores. Cada grupo, formado por segmentos diferentes da escola, atribuiu cores (verde, amarelo e vermelho) às práticas escolares em três dimensões: institucional, curricular e didático-pedagógica.

Durante as falas, o que mais me atravessou foram os relatos dos pais que reconheciam o esforço dos professores, dos estudantes, no entanto, lamentaram a ausência de materiais, a precariedade do transporte escolar, a falta de um currículo que dialogue com suas realidades.

A Claudiana, estudante do polo de Gurupá e professora da escola na comunidade, também participou conosco. Embora esteja em outro semestre e outro território institucional, sua presença e sua pesquisa somaram ao processo. Ela também desenvolve seu Tempo Comunidade na escola em questão. Nessa ocasião, pude acompanhar a entrega do

questionário, as rodas de conversa, o debate formativo. Claudiana observava, anotava, perguntava, uma professora-pesquisadora em construção.

Ao final, o grupo de estudantes preparou um lanche com bolo caseiro, suco de cupuaçu e vatapá. Sortearam brindes e distribuíram lembranças com bombons. A partilha do alimento, assim como das palavras, foi um ato pedagógico e político. Vi nos olhos das estudantes o orgulho de estarem ali, com suas pesquisas em sua comunidade reunida. Vi também o amadurecimento de cada uma, a capacidade de conduzir o diálogo com sensibilidade e compromisso com a formação de professoras.

Essa experiência me reafirmou o quanto a restituição é um ato de reciprocidade, de escuta e de justiça epistemológica. A universidade retorna ao território e aprendemos com ele, e foi exatamente isso que vivenciamos naquela tarde de sábado, à beira do rio Acaí.

Foi inspirador observar e presenciar o nível de compromisso e dedicação das discentes, desde o planejamento até a apresentação dos dados de suas pesquisas. Por outro lado, foi igualmente comovente ver o engajamento do público presente, composto majoritariamente por moradores da própria comunidade, que participaram ativamente das discussões em grupo, refletindo com seriedade sobre os dados apresentados e respondendo aos questionamentos com atenção e interesse. Era visível o orgulho de todos os presentes, por todo o processo construído coletivamente.

Durante o seminário, a equipe contou com apoio logístico da escola, que disponibilizou estrutura básica como aparelho de som, microfone e ventiladores, embora o calor na sala fosse forte, o ambiente atendeu às necessidades do evento.

Um dos momentos mais bonitos foi quando as alunas destacaram a presença das pessoas colaboradoras das pesquisas anteriores, especialmente dona Maria Leonor Oliveira Conceição, matriarca da família Conceição, ela esteve presente neste seminário do início ao fim. Outra participação significativa foi a dos professores da escola, que contribuíram ativamente nas discussões em grupo, escutando atentamente os alunos e os moradores. Foi um momento de troca profunda, de aprendizado mútuo, potencializando a experiência do seminário.

A comunidade reconhece a história de luta pela escola, valoriza os avanços conquistados e compreender os desafios. Há um orgulho legítimo em ver filhos e filhas do território na universidade, cursando Licenciatura em Educação do Campo. Há a esperança de

que as crianças e jovens sigam em busca de seus sonhos. A Lucivane e a Claudiana, por exemplo, já trabalham como professoras do ensino fundamental na escola da comunidade, o que revela o avanço de ver as próprias comunitárias sendo professoras em seus territórios de pertencimento.

Essas trajetórias traduzem a importância das políticas de ação afirmativa no interior da Universidade Federal do Pará, ao possibilitar o ingresso de filhos e filhas de agricultores, ribeirinhos, extrativistas, camponeses e indígenas na Faculdade de Etnodiversidade. É a materialidade da inclusão se fazendo presente em nossos territórios amazônicos. A devolutiva das pesquisas fortalece o vínculo entre universidade e escola, e vai além disso: inspira outros jovens da comunidade a seguir seus estudos e a acreditarem na educação como caminho possível de transformação de suas vidas.

Durante a apresentação do quadro comparativo com as legislações, percebi que essas leis discutidas, são pouco conhecidas pelos moradores. Ao tomarem conhecimento de seus direitos, passam a ter mais condições de reivindicá-los com consciência e embasamento. Afinal, não se pode separar educação, trabalho, território, saberes e fazeres ribeirinhos, lutas sociais e ambientais. A defesa da escola caminha junto com a luta pela dignidade, igualdade de direitos e a proteção da natureza, esse bem comum que sustenta a vida local.

Durante o seminário, a discussão sobre os indicadores educacionais provocou reflexões entre os participantes do evento, sobre o acesso, a permanência e a qualidade da educação ofertada localmente. Muitos moradores relataram, durante os debates em grupo, a falta de conhecimento de seus direitos educacionais. Chegaram a dizer que o evento lhes proporcionou o primeiro contato com legislações como a Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, e com princípios constitucionais e do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), estes, asseguram igualdade de condições e valorização da diversidade no território nacional.

Os indicadores de qualidade identificados e analisados coletivamente serão retomados nos próximos Tempos Comunidade, no contexto dos estágios supervisionados, quando as discentes voltarão à escola com projetos didático-pedagógicos para trabalhar as problemáticas e potencialidades identificadas junto à comunidade. Trata-se, portanto, de um processo formativo em espiral, ao articular pesquisa, ensino, extensão e luta por direitos, fundamentos basilares da Educação do Campo e da universidade pública. Ao final do evento,



ficou evidente para aquela comunidade, a inseparabilidade entre educação, trabalho, território, os saberes tradicionais, o meio ambiente e a luta dos movimentos sociais por dignidade.

A cada pôr do sol e a cada amanhecer, renova-se a esperança. As jovens professoras-pesquisadoras em formação inicial seguem construindo, com empenho e resistência, uma nova história para sua comunidade, para a universidade e para a educação do campo ao longo das comunidades tradicionais do Xingu e em seus diversos braços de rios, habitado por tanta gente de lutas e sonhos.

### **Trapiche 2: Comunidade São João Batista, rio Maruá**

A viagem para o Maruá aconteceu num domingo ensolarado, 25 de maio. Saímos ainda pela manhã em direção à comunidade São João Batista. O céu estava num azul vibrante e o rio refletia aquela boniteza em suas águas calmas. Fizemos uma breve parada numa das praias do Maruá para captar sinal de internet, e aproveitei para tomar um banho. Era impossível resistir àquele cenário: céu limpo, praia serena e a floresta imponente nos observando. À medida que o barco de madeira seguia seu curso, meu pensamento se voltava para a missão que me aguardava: acompanhar mais um seminário de restituição de um dos nossos discentes do curso de Educação do Campo.

As margens do Maruá são guardadas por castanheiras centenárias, que desenhavam a paisagem. Ver aquelas árvores desperta em mim memórias da infância, quando eu caminhava por entre flores brancas das castanheiras, e minha avó preparava leite de castanha com suco de cupuaçu. O reencontro com essas árvores no Maruá me traz uma sensação de pertencimento e força ancestral.

Fui recebida com alegria pela família do Arlison, estava reunida para o encerramento do festejo da comunidade. Tomar banho no trapiche é uma experiência espiritual. As águas do Maruá carregam um mistério e uma beleza que só quem mergulha pode sentir: um acolhimento profundo, como se os encantados da floresta e dos rios nos envolvessem em proteção.

O rio Maruá é um território de muitas vidas. Diversas famílias habitam suas margens, compondo uma rede extensa de relações de parentesco: avós, filhos, netos, sobrinhos, tios e tias convivem em múltiplas gerações. A comunidade São João Batista, onde realizamos o

seminário de restituição, é, portanto, um ambiente coletivo. Arlisson, nosso estudante, é filho dessa terra. Sua história se entrelaça à história da comunidade.

Fiquei impressionada com o grau de compromisso e de mobilização que ele demonstrou ao longo de todo o processo. Desde o planejamento até a realização do seminário, Arlisson contou com uma forte rede de apoio da escola, da comunidade, de amigos e da própria família.

A presença de outras estudantes do curso, como Cleileni Pinheiro, foi motivo de grande alegria. Naquele momento, ela desenvolvia sua pesquisa de estágio supervisionado na própria comunidade, e a Claudivane, lotada como professora na escola São João Batista. Suas colaborações foram fundamentais, tanto na preparação quanto na realização do evento. A esposa do Arlisson, Nara, também esteve à frente de toda a logística do seminário, colaborando atenciosamente com todo os detalhes.

Um dos gestos mais bonitos que observei foi a organização de um painel feito em tecido, cuidadosamente ornamentado com fotografias impressas, retratando cenas do cotidiano escolar, momentos de projetos pedagógicos, festas comunitárias como o festejo do padroeiro São João Batista e registros de atividades com os estudantes, professores e moradores.

Outro gesto especial foi a confecção de copos temáticos com a logomarca da Universidade Federal do Pará e o título do evento, como lembrança do seminário. Havia também bolos de chocolate confeitados e moldados em formato de coração e um suco de cupuaçu batido à mão, preparado pela estudante Cleilene Pinheiro, amiga da família de Arlisson e colaboradora do seminário. O vatapá, também feito por ela, foi muito elogiado por quem saboreava.

A quadra poliesportiva da comunidade se transformou em sala de aula, no lugar da bola rolando, vimos cadeiras escolares organizadas para receber mais de 70 pessoas, entre lideranças comunitárias, moradores de outras comunidades do Maruá, pais de alunos, estudantes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, toda a equipe docente e coordenação da escola. O seminário teve início com uma apresentação da tradicional dança do gambá. E é claro, entrei na roda.

A emoção tomou conta do espaço quando Arlisson, com o microfone em mãos e voz firme, apresentou seu trabalho. Era visível seu orgulho, especialmente diante dos pais, que

compartilham com ele o sonho da formação universitária. No entorno, muitas crianças brincavam no parquinho, mas muitas outras mantinham o olhar atento, acompanhando tudo com curiosidade e atenção.

Após a apresentação, os participantes se reuniram em três grandes grupos para discutir os indicadores de qualidade da escola, organizando cartazes coloridos (verde, amarelo, vermelho) que representavam o diagnóstico de diferentes dimensões institucionais. Cada grupo recebeu um conjunto de indicadores relacionados a aspectos como infraestrutura, currículo, participação comunitária, formação docente e condições de aprendizagem. Esses grupos, formados por pais, estudantes, professores, lideranças comunitárias e convidados, debateram os indicadores e preencheram um questionário reflexivo, destacando pontos fortes da escola e propondo melhorias para os aspectos mais frágeis.

A participação foi intensa: todos queriam falar, opinar, propor mudanças. Ao fim das discussões, os representantes dos grupos foram à frente e apresentaram seus cartazes e reflexões. Um desses representantes foi o próprio pai do Alisson, um momento emocionante.

Ao final da discussão, os grupos apresentaram suas sínteses em plenária. Um dos momentos mais marcantes foi o reconhecimento coletivo da necessidade de reativar o Conselho Escolar e de fortalecer a relação entre comunidade e gestão escolar. A participação ativa da comunidade confirmou o quanto o seminário de restituição pode se tornar um espaço de diálogo importante entre universidade, escola e território. O protagonismo do Arlisson, ao lado de sua família e dos demais colegas presentes, reforçou a potência da formação em Educação do Campo como caminho para a reconstrução coletiva da escola ribeirinha.

A partilha do lanche, servida pelas professoras da escola, também foi simbólica, o tradicional vatapá, arroz branco e bolo confeitado.

Estar presente naquele espaço-tempo e testemunhar a materialização de um projeto formativo construído com os pés nos territórios, foi me sentir a presença da universidade nos rios e florestas do Xingu, por meio dos nossos estudantes, de nosso trabalho docente de acompanhamento e orientação dos tempos comunidade, esse momento fortalece as escolas do campo, estreita os vínculos e soma na luta por direitos.

Ver o barco do transporte escolar chegando, carregado de crianças, mesmo diante das limitações da embarcação, me emocionou. Aqueles pequenos olhos brilhantes traziam uma

certeza: seus sonhos também passam pela escola. Mas não por qualquer escola, e sim por uma que os reconheça, os valorize, que dialogue com seus saberes, seus modos de vida e suas lutas. Uma escola que se comprometa com o território e com a floresta de pé, com o futuro de suas águas, seus peixes e suas castanheiras.

Ao final do seminário, todos queriam tirar fotografias com Arlisson em frente ao painel. Seus familiares, emocionados, não conseguiam esconder o orgulho. E nós, participantes, finalizamos o encontro com a sensação de tarefa cumprida e de que algo muito importante estava sendo construído ali, uma escola com raízes na comunidade e asas de esperança para novos voos. A comunidade estava em festa, e isso dava ainda mais sentido ao nosso encontro.

### **Trapiche 3: Vila Maripi**

Conheci Josilene Araújo nos encontros do curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza. Moradora da comunidade ribeirinha Vila Maripi, às margens do rio Xingu, Josilene é professora dos anos iniciais na escola onde estudou quando criança. Desde muito jovem, acompanhou de perto a luta coletiva da comunidade pela construção da escola, enfrentando os desafios estruturais e celebrando cada conquista. Seu compromisso com a educação pública é profundamente enraizado: ela acredita na escola como possibilidade real de transformação da vida das pessoas, especialmente daquelas que, como ela, são filhas e filhos de agricultores, ribeirinhos, extrativistas que vivem às margens dos rios da Amazônia.

Durante o Tempo Comunidade, tive a oportunidade de conhecer a família da Josi, suas irmãs, que colaboraram ativamente no seminário, e percebi o quanto sua caminhada é sustentada por uma forte rede de apoio. Foi com emoção que soube que sua presença na universidade é também a realização de um sonho antigo de seu pai: vê-la formada, com diploma em mãos, como educadora e pesquisadora de sua própria realidade. Esse sonho não é individual, ele transborda em cada gesto de Josilene, em sua escuta atenta, na delicadeza de suas palavras e na firmeza de sua atuação comunitária.

O nível de dedicação e entrega da Josi na realização do seminário de restituição dos dados foi impressionante. Talvez por isso tenha contado com uma presença tão expressiva de participantes: professores, estudantes, a diretora e a coordenadora pedagógica da escola, lideranças sociais, familiares e muitos moradores da comunidade.

O seminário foi um acontecimento marcante na Vila Maripi. Um dos momentos mais emocionantes foi quando Josilene convidou à frente todos os colaboradores de suas pesquisas realizadas ao longo dos Tempos Comunidade, homens, mulheres, jovens e idosos que haviam contribuído com seus saberes. Ali, diante de todos, ela lhes prestou uma homenagem singela e poderosa, com palavras de gratidão que tocaram a todos que estavam presentes. Foi um gesto de reconhecimento ético, afetivo e político, que traduziu a essência da devolutiva como compromisso com a comunidade e com o território.

Josilene recebeu os convidados com serenidade e firmeza. Sua fala de abertura trouxe um panorama claro das etapas de sua pesquisa ao longo dos Tempos Comunidade. Foram quatro semestres em que ela se debruçou sobre as condições de funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Tomé, abordando aspectos como infraestrutura, currículo, gestão democrática, relação escola-comunidade e valorização dos saberes locais. Durante o seminário, ela apresentou os indicadores de qualidade analisados, divididos por dimensões, conforme previsto no Guia do Tempo Comunidade IV.

A metodologia do evento foi inspirada nos princípios da pesquisa participativa: após a apresentação geral, os presentes se dividiram em grupos para discutir os indicadores, refletindo sobre o que já se construiu e o que ainda precisa ser melhorado. Cada grupo ficou responsável por uma dimensão dos indicadores, como formação docente, infraestrutura, práticas pedagógicas, currículo, gestão democrática, e as contribuições foram sistematizadas em cartazes, com o uso das cores verde, amarelo e vermelho, sinalizando os avanços, as fragilidades e os pontos de alerta.

O envolvimento da comunidade foi surpreendente. Jovens, adultos, idosos e os estudantes, acompanharam atentamente cada parte do seminário. Os professores da escola participaram com entusiasmo, trazendo relatos e propostas. A diretora e a coordenadora pedagógica reforçaram a importância do diálogo entre universidade e escola. A presença das irmãs de Josilene, de lideranças comunitárias e de antigos colaboradores da pesquisa enriqueceu ainda mais as discussões. Ao final, todos voltaram ao grande círculo e cada grupo socializou suas análises, fortalecendo a dimensão coletiva da construção do conhecimento.

Um dos momentos mais marcantes foi o encerramento, quando Josilene agradeceu emocionada às pessoas que haviam contribuído com sua pesquisa desde o início da graduação. O gesto de reunir os colaboradores à frente e reconhecê-los publicamente

mostrou o quanto a devolutiva é uma ação de presença da universidade como parte do cotidiano da comunidade, com partilhas de aprendizagens e experiências.

Saí daquele seminário com o coração cheio de esperança. A cada fala ouvida, percebi o quanto a escola de Vila Maripi é um lugar de sonhos e lutas, e o quanto iniciativas como essa fortalecem a autonomia das comunidades na reivindicação de seus direitos. Ver uma estudante da própria comunidade, agora pesquisadora em formação, e professora, dialogar com seus pares, apresentar dados, propor caminhos e escutar, com humildade e coragem, as contribuições de sua gente, é presenciar a potência da Educação do Campo em sua forma mais viva.

### **Educação do Campo, pesquisa e formação em movimento**

Ao acompanharmos os seminários de restituição realizados nas comunidades ribeirinhas do Xingu, percebemos como a escola do campo se constitui como espaço de invenção, de criação coletiva e de resistência às formas instituídas de silenciamento dos saberes locais.

Nesses territórios, os sujeitos lutam por seus direitos e reexistem diante das ausências do Estado, emergem as fagulhas instituintes da escola pública. Como afirmam Brito, Linhares e Praça (2013, p. 227), “as fagulhas instituintes surgem quando a escola é vivida como espaço público e coletivo, de elaboração de sentidos sobre o que se vive, sobre o que se faz, sobre o que se quer e pode ser”. Nos seminários acompanhados, essas fagulhas apareceram nas falas dos estudantes, na escuta sensível dos moradores, na mobilização comunitária e no desejo de que a escola seja também um lugar de memória coletiva, identidade e de pertencimento.

A experiência de acompanhamento dos Tempos Comunidade nos conduz a uma reflexão sobre o seu papel na formação de professores na Educação do Campo, especialmente na metodologia da alternância.

Quando o barco atraca nos trapiches, busco companhias teóricas alinhadas com a epistemologia histórico crítica e política a qual acolhe a prática social situada, comprometida com o território, com os sujeitos do campo, das águas e das florestas, com nossas histórias, memórias, culturas e com a transformação da realidade tendo em vista a escola do campo que queremos.

Ao acompanhar os seminários de restituição nas comunidades ribeirinhas do rio Açaí, do Maruá e da Vila Maripi, percebi que os trapiches, os encontros, os alimentos, as danças e

as falas públicas se tornam expressões de uma cultura viva, resistente e implicada com a educação.

Esses momentos performam saberes no espaço escolar, atravessam os rios, as cozinhas, os terreiros e as memórias ancestrais. Como destaca Geertz (1989), a cultura é uma teia de significados dos próprios sujeitos e suas tecituras cotidianas. Os relatos dos estudantes e os registros dos seminários revelam como a escola do campo, ao se conectar com o território e com os sentidos atribuídos pelos sujeitos locais, se fortalece como espaço de produção cultural. Assim, os seminários se constituem como atos culturais, expressam pertencimento coletivo e reconfiguram a relação entre universidade, escola e comunidade.

A noção de cultura, conforme discutida por Cuche (1999), deve ser entendida como um processo dinâmico de significações construídas historicamente por grupos sociais. Para o autor, o conceito de cultura rompe com a ideia de hierarquia entre os povos, ao rejeitar a noção de que existiriam culturas superiores ou inferiores. Nesse sentido, ele propõe uma abordagem relacional, na qual a cultura não é algo que se possui, mas algo que se vive, é, ao mesmo tempo, prática e representação.

Essa compreensão nos faz valorizar os modos de vida e as experiências coletivas de comunidades ribeirinhas e camponesas, como nestas narrativas dos seminários de restituição nos trapiches do Açaí, do Maruá e do Xingu. Ali, o cotidiano, os saberes locais e os gestos de acolhimento revelam uma cultura que se manifesta na relação com o território, com a coletividade e com os sonhos que atravessam gerações.

A formação de professores do campo, especialmente no contexto da Amazônia ribeirinha, exige uma prática educativa fundamentada no diálogo, na escuta atenta e no compromisso com os sujeitos e seus territórios.

A devolutiva se apresenta, assim, como um ato de amor político e de responsabilidade ética com os sujeitos colaboradores da construção do conhecimento. Nesse reencontro entre os estudantes-pesquisadores e os moradores das comunidades, somos convidados a concordar com Freire (1996) quando fala do inédito viável e do ato de esperar a transformação da realidade por meio da educação, da palavra partilhada e da ação coletiva.

Ao reconhecer os saberes dos camponeses, ribeirinhos, extrativistas e agricultores familiares como parte legítima do processo formativo, os seminários de restituição afirmam

uma pedagogia fundamentada na realidade concreta no sonho de um mundo mais justo e de uma escola que tenha de fato, a identidade do campo, de seus sujeitos, das águas e florestas.

A partir de uma perspectiva crítica da educação do campo, Mônica Molina (2017) destaca a importância de políticas públicas dialogadas com os territórios, os modos de vida e os saberes das populações camponesas. As experiências vividas nas escolas ribeirinhas, nas comunidades tradicionais da Amazônia, evidenciam o quanto a devolutiva dos dados de pesquisa se configura como um ato pedagógico pelo fato de fortalecer os vínculos entre universidade, comunidade e escola. Os seminários, nesse sentido, reafirmam o princípio da territorialidade, mostrando os processos formativos e o sentido quando reconhecem os sujeitos como autores de sua própria história.

A proposta de pesquisa participante de Orlando Fals Borda (2006) sustenta a centralidade dos sujeitos populares na produção do conhecimento. Ao propor uma ciência comprometida com a transformação da realidade, Fals Borda legitima práticas investigativas, como as realizadas nos Tempos Comunidade, envolvem estudantes-pesquisadores em um percurso de escuta, diálogo e ação nas comunidades.

Nos seminários, as discussões das demandas das escolas, são construídas com os moradores e revelam a potência política de uma universidade em movimentos instituinte também, pois aprende com os territórios e restitui saberes como forma de reexistência, presença e afirmação.

A teoria de Bernard Charlot (2001) sobre a relação com o saber contribui para compreender o engajamento dos estudantes na pesquisa e na organização dos seminários. Charlot enfatiza que aprender envolve um processo de construção de sentido que passa pela história de vida, pelo pertencimento social e pelos projetos de futuro. Os seminários revelam esse entrelaçamento entre o saber escolar e os saberes da vida: os alunos narram suas histórias, valorizam suas comunidades e projetam, com orgulho, a permanência e a melhoria das escolas do campo como caminho de esperança.

### **Considerações finais**

Acompanhar os seminários de restituição nas comunidades ribeirinhas da região do Xingu foi uma vivência formativa, afetiva, ética e política no contexto da Educação do Campo como prática social e acadêmica. O que se revelou em cada seminário, em cada escola, em cada roda de conversa embaixo das árvores na beira do rio, foi a materialização da



universidade pública em territórios historicamente invisibilizados, por meio da presença de estudantes, professores em formação inicial, filhas e filhos da floresta, dos campos e das águas da Amazônia.

As experiências nas comunidades de Nossa Senhora Aparecida, São João Batista e Vila Maripi afirma o componente curricular como ato político de reconhecimento dos saberes locais, da luta de cada comunidade por educação e da devolução respeitosa dos dados produzidos e de construção coletiva de propostas dialogadas com a realidade. Foram momentos em que a pesquisa encontrou seu papel transformador, como defende Orlando Fals Borda, sendo devolvida à comunidade como conhecimento útil e compartilhado.

Presenciar os olhares emocionados de pais, mães, lideranças e professores diante das falas dos discentes, foi algo significativo e afirma o caráter da educação diferenciada no interior da Amazonia. Os seminários dialogaram com demandas locais e colaborou na mobilização da comunidade em torno da luta comum de uma escola pública de qualidade, que valorize a vida, o saber e a cultura do campo.

A travessia pelos rios Açaí, Maruá e Xingu, margeando florestas, comunidades e escolas, foi uma travessia formativa. A cada comunidade visitada, reconheci que o Tempo Comunidade é um componente curricular e uma pedagogia de presença, de escuta e de compromisso com os territórios e com os sujeitos que neles vivem e resistem.

Os indicadores de qualidade da escola do campo, aplicados nos três seminários, oportunizou à comunidade reconhecer suas conquistas e elaborar, coletivamente, propostas de melhoria. Esses dados serão retomados nos próximos Tempos Comunidade, especialmente durante os estágios supervisionados, quando as e os estudantes retornarão às escolas com projetos didáticos e planos de aula norteados pelas demandas identificadas. A pesquisa, portanto, é contínua, e busca fortalecer a práxis educativa e a articulação entre escola, universidade e comunidade.

Por tanto, os seminários reafirmam que os territórios também educam a universidade. Cada fala dos moradores, cada gesto de acolhimento, cada partilha no lanche coletivo carrega uma epistemologia própria, que desafia os modelos escolares tradicionais e nos convida a pensar uma educação contextualizada, dialógica e ambientalmente comprometida. Como professora, retorno dessas viagens transformada e muito grata pela vivência dessa experiencia.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo, na Faculdade de Etnodiversidade da UFPA, é fruto de uma política pública afirmativa que deve ser defendida, valorizada e fortalecida. As experiências aqui narradas evidenciam a formação de professores no campo e com o campo, ouvindo seus saberes, dialogando com sua realidade, e apostando nas juventudes que ousam sonhar com uma escola viva, insurgente, bonita como o pôr do sol nas águas do Xingu e Amazonas.

### **Referências**

- BRITO, Carolina; LINHARES, Célia; PRAÇA, Marina. A escola pública e suas fagulhas instituintes. **Revista Aleph**, Niterói, n. 20, p. 217-225, dez. 2013. ISSN 1807-6211.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CONNELLY, Michael; CLANDININ, Jean. **Teachers as curriculum planners: Narratives of experience**. New York: Teachers College Press, 1995.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 1999.
- FALS BORDA, Orlando. O papel do pesquisador na pesquisa-ação participativa. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 37-62.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 17. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MOLINA, Mônica Castagna. Educação do campo e pesquisa: sujeitos, epistemologias e territórios. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 123-136, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/903>. Acesso em: 18 jul. 2025.

**Observação:** Este artigo foi escrito com base em uma abordagem narrativa e participante. Todos os nomes próprios mencionados foram utilizados com a devida autorização das pessoas envolvidas, que consentiram com o uso público de suas experiências e participações nas ações formativas do curso de Licenciatura em Educação do Campo. A opção por manter os nomes reais se fundamenta no reconhecimento da autoria coletiva e no compromisso com uma escrita narrativa em uma relação de autoria e coautoria com o outro.

## **Sobre a autora**

### **Fabíola Aparecida Ferreira Damacena**

Graduada em Pedagogia (UFPA), Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA) e Doutora em Educação (UNICAMP). Professora da Licenciatura em Educação do Campo, ênfase em Ciências da Natureza e Linguagens e Códigos na UFPA – Campus de Altamira. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo, Narrativas e Territórios-GEPEP/CNPq. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada-GEPEC-UNICAMP e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia-GEPERUAZ/ICED/UFPA. Desenvolve trabalho docente e estudos, nas áreas de educação do campo, das águas e das florestas, formação de professores, pesquisa narrativa, estágio supervisionado, didática, memória e saberes culturais na Amazônia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9552-0652> Email: [fabiferreira@ufpa.br](mailto:fabiferreira@ufpa.br)

Recebido em: 21/07/2025

Aceito para publicação em: 22/07/2025